

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.472 - PA (2019/0303383-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS E OUTROS
ADVOGADOS : ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS - PA019061
MOISES DE CARVALHO BRITO BATISTA - PA029224
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : IMAJAKSON SOUZA SAMINES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de IMAJAKSON SOUZA SAMINES.

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente no dia 12/06/2019 pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que o autuado é absolutamente primário, com ocupação lícita e residência fixa. Ressalta que o requerente foi preso com a mesma decisão judicial do juiz que decretou a prisão do corréu.

Diante disso, requer a extensão dos benefícios concedidos ao corréu JOSUEL PIEDADE CONCEIÇÃO.

É o relatório. **Decido.**

Em que pese o esforço da zelosa defesa, a impetração não pode ser conhecida. Isso porque a inicial não faz qualquer menção à eventual decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, inclusive a defesa aponta o Juízo de primeiro grau como autoridade coatora – o juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal/PA, o que evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente a causa, nos termos do art. 105, II, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA POR

Superior Tribunal de Justiça

INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUTORIDADE COATORA. JUIZ DE DIREITO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Este Superior Tribunal de Justiça não tem competência para apreciar Habeas Corpus impetrado contra ato de Juiz de Direito.

2. Parecer pelo não conhecimento do Habeas Corpus ou, alternativamente, que seja julgado prejudicado.

3. Writ não conhecido. (HC 84.947/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2008, DJe 31/03/2008)

CRIMINAL. HC. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Evidenciado que a alegação de excesso de prazo na formação da culpa volta-se contra ato de Juiz de 1º grau de jurisdição, o qual ainda não foi apreciado pela Corte Estadual, sobressai a incompetência desta Corte para o exame da matéria, sob pena de indevida supressão de instância.

II. Ordem não conhecida, determinando-se a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Paraná. (HC 70.115/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 19/03/2007, p. 378)

Ainda, quanto ao pedido de extensão dos efeitos concedidos ao corréu JOSUEL PIEDADE CONCEIÇÃO, está sedimentado nesta Corte Superior o entendimento segundo o qual *"o pedido de extensão deve ser formulado nos autos do processo no qual foi prolatada a decisão cujos efeitos se pretende estender, o que não se verifica na presente hipótese"* (HC 424.399/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

